

**ATA N.º 04/2015**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 24 de setembro de 2015.-----

----- Aos 24 dias do mês de setembro de 2015, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural 2015;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2015;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XVII edição do Tapas e Papas Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Cedência das instalações desportivas do Município de Cantanhede / Férias Ativas;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João;-----

**7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído / Abertura da Época Balnear no Parque das Sete Fontes;-----

**8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira;-----

**9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira;-----

**10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / 3.<sup>a</sup> edição da Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira;-----

**11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / 18.<sup>a</sup> edição da Semana Cultural de Ançã;-----

**12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Construção de estaleiro;-----

**13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural;-----

**14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

**15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Componente de Apoio à Família da Educação Pré-escolar, ano letivo 2015/2016;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Transporte dos alunos das EB1's do Concelho encerradas para as respetivas escolas de acolhimento, ano letivo 2015/2016;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / 2.º UEFAC União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais;-----
- 19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia de Febres aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015, sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015;-----
- 20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica;-----
- 22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015;-----
- 23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2016;-----

**24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2016;-----

**25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2016;--

**26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença”;-----

**27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar Concerto da Praia da Tocha”;-----

**28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, destinado à instalação de uma Plataforma Tecnológica de Biotecnologia Industrial;-----

**29** - Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento;-----

**30** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento;-----

**31** - Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2015.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as

presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, pelo Tesoureiro, Sr. Dr. Bruno Alexandre da Silva Marques, conforme documento apresentado.-----

----- Justificação da falta do Sr. Mário Miranda de Almeida, do Sr. Manuel Madeira Teixeira e do Sr. Dr. Carlos Alberto Pessoa, por motivos profissionais e da Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, por motivos pessoais.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foram presente as atas n.º 02/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015 e n.º 3/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2015.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 02/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade;-----

----- Relativamente à ata n.º 3/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2015, pediu a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, tendo apresentado a seguinte declaração de voto pessoal, contra a aprovação daquela ata: *“Estimados elementos do executivo e restantes membros da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Cantanhede, após leitura atenta do documento supracitado concluo que não posso, a título pessoal, aprovar esta Ata. Embora se compreenda a necessidade de, neste tipo de documento, se proceder ao exercício de um certo nível de resumo; porém, à luz da verdade democrática, não se pode aceitar, nem se compreende, de modo algum, que não se coloque, nas folhas 280/281, a troca de ideias/argumentos que ocorreu entre o deputado Luis Pato e o Presidente da AM – José Maria Maia Gomes acerca do assunto mencionado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã – Abílio*

*Cadima – a propósito da ausência de Luis Miguel Pato numa parte da sessão da AM do dia 30/04/2015. Esquece-se este elemento, assim como o vernáculo proferido pelo Vereador da Cultura, embora fosse dito em “off”, quando lhe foi solicitado, mais uma vez, um documento com os pressupostos para a atribuição de subsídios a eventos culturais, na parte da final da última sessão da AM. Porém, tal situação já não ocorre em relação aos argumentos apresentados contra o moção da bancada do PS que visa defender um bem comum – como sucede com o caso da água.”-----*

----- Pediu ainda a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes solicitando a correção do ponto n.º 2, referente à “Moção em Defesa da Água”, uma vez que não consta que, por posição política, a Junta de Freguesia de Murtede se ausentou da discussão e da votação daquele ponto, conforme havia solicitado à Mesa. De seguida sugeriu que, uma vez que se está a proceder à votação de um documento que ainda não está fechado, o Sr. Dr. Luis Pato poderia, em vez de apresentar a Declaração de Voto, solicitar a correção do documento em causa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada a votação a ata n.º 03/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2015, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 28 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 26 de junho de 2015 a 24 de setembro de 2015, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Junta da União

das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.<sup>a</sup> Aidil Machado, a qual fez o seguinte comunicado: *“É com enorme regozijo que me refiro à abertura no novo Centro Escolar de Cantanhede, no passado dia 18 de setembro, assinalando o início do novo ano letivo 2015/2016. Dentre vários aspetos começo por destacar a importância da centralidade daquele Complexo Escolar que alberga todos os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao 12.º ano do Ensino Secundário, resposta educativa proporcionada por este novo Centro Educativo, a EB 2,3 Marquês de Marialva e a Escola Secundária. No que se refere particularmente ao Centro Escolar em apreço, destaco a vasta comunidade escolar que acolhe, considerando os cerca de 300 educandos destes dois primeiros níveis de ensino (pré-escolar e 1.º CEB), oriundos fundamentalmente de todo o nosso extenso território administrativo da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, uma vez que acolhe também os alunos dos estabelecimentos de ensino que encerraram (Varziela, Pocariça e Póvoa da Lomba), ao que se junta um considerável corpo docente e não docente que dará seguramente as melhores comodidades e proporcionarão as melhores condições humanas para um excelente processo de ensino/aprendizagem para as nossas crianças. Não posso deixar de realçar o esforço hercúleo assumido pelo Município de Cantanhede por dotar as nossas crianças, a nossa comunidade destas excelentes condições físicas para o importante processo de ensino e sobretudo pelo que fez para que o início do ano acontecesse sem sobressaltos e nas melhores condições, em plena articulação com esta Junta de Freguesia e o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva. Esta Junta, congratula-se com a concretização deste projeto sustentável, ambicioso e congregador, pelo que felicita reiteradamente o Município de Cantanhede, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador do Pelouro de Educação, extensível a todos os demais elementos do Executivo camarário que veem este sonho agora*

*concretizado da melhor forma, repito, esta Junta tudo fará para que este Centro Educativo seja um exemplo de bom funcionamento e com bons frutos em termos de ensino/aprendizagem académico e da cidadania, como é certamente este projeto pedagógico que temos em vigor na Cidade de Cantanhede.”-----*

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, em nome pessoal felicitou a comissão executiva e organizadora da XXV EXPOFACIC, evento que projeta o Concelho já ao longo de 25 anos. De seguida, falou sobre todas as iniciativas que foram levadas a cabo, ao longo daquela 25.ª edição, nomeadamente, o concurso e a exposição de fotografia no dia do feriado municipal, os colóquios e a participação das associações e dos expositores. Relativamente às cerimónias do feriado municipal, felicitou todos os que foram homenageados, nomeadamente, os funcionários do Município que celebraram 25 anos de serviço e os que prestaram serviço naquela cerimónia. Recordou, na pessoa do Mestre Adelino Ângelo, a pintura do D. António Luis de Menezes, Conde de Cantanhede e Marquês de Marialva que foi descerrada nesse dia, bem como a aluna que obteve o Prémio Lima de Faria. Referiu ainda a Adega Cooperativa de Cantanhede, também como entidade dinamizadora do Município, das suas gentes e das suas atividades tradicionais e que recebeu mais umas medalhas que conquistou em concursos internacionais. Destacou a visita de algumas individualidades, nomeadamente, a Ministra da Agricultura e do Mar, Dr.ª Assunção Cristas, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Dr. Poiares Maduro, o candidato Presidencial, Dr. Henrique Neto, a embaixadora de Timor em Portugal, Dr.ª Maria Paixão da Costa e o Prémio Nobel da Paz – D. Ximenes Belo. Destacou também a iniciativa dos autocarros para a Expofacic, que, pelo feedback que obteve da população de Murte, terá sido uma iniciativa que funcionou muito bem. De seguida



referiu alguns aspetos menos positivos, nomeadamente, sugerindo que o inquérito de satisfação efetuado aos expositores que pagam, deveria ser estendido às Juntas de Freguesia, às Associações que participam nas tasquinhas e o artesanato, porque também as suas opiniões podem ajudar a fazer crescer a feira, através de suas críticas e sugestões. Finalmente, referiu que, pela sua dimensão, a abertura da Feira deveria ser feita, no mínimo, por um Ministro e registou algumas ausências, nomeadamente, a nível das lideranças partidárias. Finalmente, e em nome da bancada do PSD apresentou a seguinte proposta de um voto de Pesar pelo falecimento da Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Simões Barroso Soares: *“Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova um voto de pesar para lamentar a morte da Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Simões Barroso Soares pela ação desenvolvida na defesa intransigente dos valores democráticos, realçando o seu papel na sociedade portuguesa em diversas e variadas vertentes. É notória a sua ação na defesa dos valores e dos princípios democráticos, aliada a uma notável participação cívica, política e associativa na sociedade portuguesa. Democrata notável, declamadora ímpar e uma atriz excecional. Teve uma participação política assinalável, sendo de realçar o facto de ter sido candidata a deputada, no ano de 1969, pela Oposição Democrática e de ter sido eleita deputada à Assembleia da República, pelos círculos de Santarém, Porto e Faro, nas legislaturas iniciadas em 1976, 1979, 1980 e 1983. Na sua ação cívica, são de destacar, entre muitas outras, a sua participação nas seguintes associações: UNICEF – Portugal; Instituto de Emergência Infantil; Associação Para o Estudo e Prevenção da Violência – APEV; Organização Mundial de Saúde; AMI – Assistência Médica Internacional; PRO DIGNITATE – Fundação para os Direitos Humanos e Contra a Violência; Liga Portuguesa de Deficientes Motores; Cruz Vermelha Portuguesa; Academia*

*Internacional da Cultura Portuguesa; Fundação Aristides de Sousa Mendes; Fundação D. Ximenes Belo; Fundação Portuguesa de Cardiologia.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, solicitou que a proposta de voto de Pesar pelo falecimento da Dr.ª Maria de Jesus Simões Barroso Soares fosse entregue à Mesa para posterior votação.-----

----- Tomou, de seguida, a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, o qual informou que, o Secretário-Geral do Partido Socialista não esteve na EXPOFACIC, lamentavelmente, por imperativos de agenda, pois não se encontrava, à data, no País, mas que, em anos anteriores sempre estiveram presentes Secretários-Gerais do Partido Socialista e inúmeros outros representantes daquele Partido. De seguida, procedeu à leitura de um documento subscrito pelos Membros do Partido Socialista, do seguinte teor:

*“EXPOFACIC – UM MODELO A MELHORAR. No ano passado, após uma sessão de felicitações coletivas promovidas pela bancada da maioria na Assembleia Municipal (AM) a bancada do Partido Socialista na AM, usou quebrar com essa manifestação massiva de condecorações e louvores e questionou, com um espírito construtivo, o modelo adotado pelas entidades responsáveis pela organização do certame – EXPOFACIC. Falou-se dos seguintes fatores: 1. A qualidade do cartaz (entenda-se os artistas convidados), pois considerou que havia uma repetição de nomes que transitavam de um ano para o outro; 2. O preço dos bilhetes que aumentou sucessivamente em anos de austeridade e de dificuldades financeiras das famílias portuguesas; 3. O facto de um dos pavilhões (que é usado para promover os setores da saúde e da educação) estar num espaço com perigo de contaminação por amianto; 4. O distanciamento entre o tecido empresarial local, a identidade do nosso concelho e o próprio certame. Após mais um ano, conclui-se que, lamentavelmente, estes anseios, referidos pelo PS, foram ignorados. As grandes novidades do certame deste*

*ano foram a implementação de um sistema de transportes públicos (pouco divulgados) e uso de um espaço de campismo. De resto, imperou mais uma vez a lamentável mimética entre este ano e os restantes – muito pouco para os 25 anos do certame... Não é com nenhuma satisfação que se constata que esta edição comemorativa das bodas de prata da EXPOFACIC ficou muito aquém do que era esperado. Convém desde já desmontar qualquer tentativa desta maioria da Câmara vir dizer que: - “o PS é contra a realização da EXPOFACIC.” Que fique desde já bem claro que a bancada do PS na AM não é contra a realização da EXPOFACIC. Aliás, como se sabe, o PS está ligado umbilicalmente em Cantanhede à origem deste certame e ao seu grande salto qualitativo (mudança da data, de local e a integração das tasquinhas). Somos sim, contra alguns aspetos aqui já mencionados que quer se queira quer não culminou com um certame menos concorrido e inovador. Quem este ano esteve presente na cerimónia de inauguração pode ouvir de viva voz as críticas e reparos proferidas pelo Dr. Luis Roque – Presidente da AEC (Associação Empresarial de Cantanhede) que considerou que apesar de ser uma festa de todo o município, é: “uma grande festa, mas uma pequena mostra do tecido empresarial do Município de Cantanhede.” Não se trata apenas de mais uma voz, é a voz dos Empresários do Concelho de Cantanhede. Uma posição crítica que se junta à do PS de Cantanhede – será que ele também é contra a realização da EXPOFACIC? Há ainda os inúmeros expositores e visitantes que consideraram que a EXPOFACIC esteve menos frequentada este ano do que em anos anteriores. Ora questionavam o custo exagerado dos ingressos, das bebidas e a falta de originalidade patenteada pelo cartaz deste ano. Serão estes inúmeros incógnitos também são contra a realização deste certame? Não. Estas pessoas, tal como o PS de Cantanhede, apenas têm uma postura crítica construtiva em relação ao modelo contemporâneo adotado para a realização da EXPOFACIC.*

*Este evento é usado não para promover o tecido empresarial e económico do Concelho, mas para uma proto-realidade onde se promove, de forma mediatizada, uma determinada identidade do nosso concelho com propósitos meramente políticos. Se assim não fosse, a organização que produz o evento teria na sua Comissão Executiva a colaboração de, por exemplo, vereadores da oposição, eleitos democraticamente tal como os do PSD. Aqui, tal como acontece com outros eventos que o executivo financia, imperam critérios pouco claros e enviesados que impedem a colaboração dos elementos ligados à oposição. No entanto, acerca deste assunto convirá recordar a Câmara Municipal e a organização da EXPOFACIC que, não é só ao PS que estão a faltar ao respeito porque há cerca de 5300 eleitores que estamos aqui a representar e eles têm obviamente de ser respeitados. Algo que lamentavelmente não está acontecer atualmente... Sempre defendemos que a EXPOFACIC deve ser o evento agregador onde toda a população do concelho se reveja. Deve ser o grande evento que puxe pelo tecido económico e empresarial do Concelho.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou, relativamente à Expofacic, não se rever minimamente no teor do documento acabado de ler. Afirmou que o Executivo sempre assumiu, com humildade, que todo o trabalho realizado fica aquém do desejado, pelo que, repetidamente e em várias ocasiões são solicitadas sugestões quer aos munícipes, quer às entidades ou aos particulares que participaram na feira. Acrescentou que todas as sugestões, maioritariamente são dirigidas ao Presidente da Câmara, são devidamente analisadas e consideradas, no seu devido tempo, pela Comissão Organizadora, para tentar, de alguma forma e com os dados disponíveis, melhorar a Feira, ano após ano. Assim,

reiterou que, agradece qualquer contributo construtivo que venha de qualquer entidade, de qualquer Presidente de Junta, de qualquer bancada, de qualquer político ou de qualquer munícipe, para perseguir o objetivo de que a EXPOFACIC deve ser uma boa montra para a projeção do Concelho e que aguarda com expectativa, as sugestões que eventualmente qualquer um dos membros da Assembleia Municipal e particularmente da bancada do Partido Socialista, queiram dar para futuras edições. De seguida referiu que, relativamente às críticas do Sr. Presidente da AEC, as ouviu e defendeu o seu ponto de vista de forma democrática e educada, sendo certo que se se respondesse a todas as suas sugestões, no ano seguinte a EXPOFACIC dava prejuízo. Referiu ainda que, quando o Sr. Presidente da AEC refere que a EXPOFACIC não reflete o tecido empresarial do concelho de Cantanhede, em parte tem razão, mas deveria saber que, todos os anos, com meses de antecedência, é enviada toda a documentação à AEC e é solicitada a base de dados de todos os empresários do Concelho, os quais são os primeiros a serem convidados a participar na EXPOFACIC. Acrescentou que, depois de interrogar alguns empresários conhecidos sobre a sua não participação, os mesmos referiram não ser propriamente local certo para a venda dos seus produtos, outros que a situação económica é difícil e o aluguer do espaço pode limitá-los. Recordou ainda que, ao contrário do que acontece em outros Municípios, o Executivo quer que a Feira seja autossustentável, e não financiada pelo orçamento municipal, daí que tenha que existir receita dos patrocínios, da venda dos bilhetes e do aluguer dos espaços. Explicou que, existem vários descontos que são atribuídos quer aos empresários do Concelho, quer aos empresários que já fazem a feira há vários anos e que o espaço de um pavilhão de 6m x 3m tem um custo que ronda os 600,00 €, o que corresponde a uma publicidade em 1/4 ou 1/8 de página de um jornal. Assim, questionou-se sobre a possibilidade da

participação na feira para os empresários do Concelho ser gratuita, e se esse facto fizesse com que todos participassem, pois como já muito referiram existem outros custos inerentes àquela participação. Recordou, de novo, que a Feira é da responsabilidade do Município, que delegou a gestão financeira e logística na INOVA, que o modelo tem resultado, e que mais importante do que a fazer crescer é consolidá-la e apresentar cada vez mais qualidade. Falou da inovação dos transportes para a Expofacic e do acampamento ocasional, sugestões que foram acolhidas e que foram muito positivas. Informou ainda que, decorrente do inquérito feito aos expositores, se tem discutido a possibilidade da feira se estender mais uns dias para o mês de agosto, por forma a abranger mais pessoas, nomeadamente, os emigrantes que entretanto chegam. Relativamente à elaboração do cartaz informou ser um trabalho que exige uma preparação com muitos meses de antecedência e condicionada a vários fatores relacionados com os possíveis artistas a convidar, quer nacionais, quer internacionais. Referindo novamente que o modelo da Feira tem dado resultado e que continua a aceitar e a querer todos os possíveis contributos de quem participa na Feira, considera que o maior desafio para o futuro é continuar a ser suficientemente capaz para continuar a manter a Feira no mesmo nível. Falou, de seguida, sobre os modelos das feiras dos Municípios em redor de Cantanhede, nomeadamente, sobre a dificuldade da escolha dos artistas a apresentar tendo em conta a qualidade e o preço. Referiu ainda que a próxima Expofacic já está em preparação e que todas as sugestões são bem-vindas, como já referiu anteriormente, tendo acolhido com agrado a sugestão do inquérito de opinião ser dirigido, não só aos expositores, mas a todas as pessoas individual ou coletivamente. Relativamente ao espaço ocupado pela feira, informou que o mesmo ocupa 9,3 hectares, o que considera já uma área suficiente, assim, em

vez do aumento da área da feira, considera mais importante potenciar alguns espaços, tal como foi feito, nos últimos anos no sector agrícola e que tem sido muito concorrido.-

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Enf.º José Maria Maia Gomes, na qualidade de Membro da Assembleia, demonstrando surpresa pelo documento entregue pela bancada do PS acerca da Expofacic, afirmando que a Expofacic evoluiu negativamente, porque está habituado ao longo dos anos, a ver as bancadas, quer do PS, quer do PSD, terem posturas de consenso sobre assuntos de grande interesse municipal, tais como a BIOCANT ou a Expofacic. De seguida, informou que o Conselho da Fundação Montepio, no âmbito do programa Frota Solidária, entregou 20 carrinhas a 20 instituições de todo o país que se dedicam à causa social, numa cerimónia realizada para o efeito na cidade de Braga, tendo oferecido uma carrinha de 9 lugares à Associação de Desenvolvimento e Progresso de Vida da Tocha, da qual é Presidente da Direção. Por ser um assunto que tem um relevo social e que em muito contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos utentes seniores e infantis daquela Associação de Solidariedade Social, expressou a gratidão da Associação Progresso e Vida da Tocha à Fundação Montepio e agradeceu à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia da Tocha por terem estado presentes na cerimónia de receção da referida carrinha.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.ª Marise Pessoa, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza, atribuiu a classificação de Qualidade de Ouro 2015 à Praia da Tocha e à Praia Fluvial dos Olhos da Fervença. Acrescentou que, segundo a informação daquela entidade, é o resultado de um processo no qual foram analisados os dados relativos à qualidade das águas balneares em Portugal, com base na informação pública oficial disponibilizada pela

Agencia Portuguesa do Ambiente. Concluiu que a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença foi distinguida pela QUERCUS com a classificação de Qualidade de Ouro 2015, na respetiva categoria, e constitui mais um reconhecimento dos atributos daquela zona situada na envolvente às conhecidas nascentes da freguesia de Cadima e que todos os anos atrai uma grande afluência de visitantes, não só pelas suas particularidades invulgares e únicas, mas também por estarem integradas numa zona natural de eleição. De seguida deu os parabéns à União Recreativa de Cadima por ter sido promovida à 1ª Divisão Nacional de Futebol Feminino e à Câmara Municipal de Cantanhede que tem sido importante no sucesso alcançado, uma vez que tem apoiado a equipa para que o trabalho fosse realizado com qualidade, bem como pela execução do campo do Fujanco de Cadima. Relativamente ao campo do Fujanco, informou que está prevista a sua inauguração no próximo dia 11 de Outubro, aquando do jogo da equipa de Futebol Feminino para o campeonato Nacional com a equipa de futebol de Moimenta da Serra, Gouveia, para a qual convidou todos os presentes a participarem. Assim. Agradeceu de novo ao executivo pela execução daquele campo relvado, o que permite à equipa de futebol feminino continuar a promover o desporto com as condições adequadas à sua prática na 1ª Divisão Nacional e levar o nome da Freguesia de Cadima e do concelho de Cantanhede a nível nacional. Finalmente, informou que a obra de requalificação do antigo edifício da sede da Junta de Freguesia de Cadima, a cargo da mesma, já se encontra em fase de execução. De seguida esclareceu que aquele edifício, doado em 1950 pelos Comendadores Joaquim Almeida da Silva e Rodrigo Mendes Barreto, se encontrava num grande estado de degradação pelo que foi objeto de uma candidatura a fundos comunitários, no âmbito da conservação e valorização do património rural. Informou ainda que o edifício será utilizado para a realização de eventos de cariz cultural e recreativo, dinamizado pelas



14 associações da Freguesia de Cadima, ou qualquer outra coletividade ou cidadãos que pretendam solicitar o espaço. Assim, sobre o assunto agradeceu à Câmara Municipal de Cantanhede todo o apoio económico dado durante a realização daquela empreitada, bem como à Assembleia Municipal que aprovou o respetivo subsídio, uma vez que aquele tipo de candidaturas exige uma grande capacidade de fundo de maneió que as Juntas de Freguesias, infelizmente, não têm para recuperar o seu património.-----

----- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual salientando a maneira excecional como correu o verão na piscina de Ançã e agradeceu ao Executivo o esforço que fez para lá manter um nadador-salvador. Agradeceu ainda o esforço conjunto com a INOVA para a substituição das condutas de água em Ançã. De seguida sugeriu a atribuição de um voto de louvor à Sociedade Columbófila Cantanhedense e ao seu atleta Alexandre Coutinho, ançanense e atleta do concelho nos Campeonatos do Mundo de Natação em provas individuais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, solicitou a entrega da proposta de atribuição de Voto de Louvor à Mesa, remetendo a votação para um momento posterior, aquando da votação do voto de pesar pelo falecimento da Dr.ª Maria Barroso.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a bancada do PS apoia a atribuição do Voto de Pesar apresentado pelo desaparecimento da Dr.ª Maria Barroso, subscrevendo a proposta apresentada, bem como o voto de louvor ao atleta da Sociedade Columbófila. Em relação ao tema EXPOFACIC, informou que, de facto a bancada do PS não está contra, de forma alguma, a realização da Feira, embora tenha algumas dúvidas sobre o seu modelo ou o seu funcionamento, nomeadamente: - Qual

o motivo que está subjacente ao aumento do preço dos bilhetes? - Porque é que o preço das bebidas, nomeadamente, das cervejas, dos finos, é tão exorbitante? – Qual o número concreto de visitantes da última feira? - Se há lucro, quais foram os valores envolvidos quer na receita, quer na despesa? Relativamente à questão da ausência dos empresários locais referiu que, se a Feira pretende ser uma mostra da realidade cultural, económica e comercial do concelho, caso aqueles não participem, perde-se aquela filosofia. Assim, considera fundamental tentar-se trazer de novo as empresas do concelho, através de uma diferenciação positiva, nomeadamente, baixando os preços de participação ou, dando um outro tipo de benefício ao nível do imposto municipal ou ao nível da derrama diferenciada, por exemplo. Finalmente, relativamente ao Centro Educativo de Cantanhede, obra digna e muito importante para o futuro educativo do Concelho, referiu que os atrasos na construção dos seus acessos está a causar algum transtorno.-----

----- Interveio o Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que o orçamento de Estado 2015 prevê algumas alterações ao nível de IRS, inclusivamente, que as despesas tidas com “alimentação escolar” possam ser deduzidas no capítulo da educação. Assim, informou que tem havido pessoas a afirmarem ter tido dificuldade em introduzir as faturas emitidas pelo Município no e-fatura como pertencente ao campo da educação. Assim sugeriu que fosse confirmado se o Município tem o CAE da Educação, para que os Municípes pudessem exercer o seu direito de dedução de despesas.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, respondendo às questões colocadas, da seguinte forma: - Relativamente à dedução das despesas de educação, informou que existe realmente a dificuldade referida, remetendo para a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente a explicação do assunto em causa; - Explicou que, em relação à

questão do Centro Educativo, o não encerramento da empreitada a tempo e horas, ou seja, aquando do início do ano letivo, teve a ver com um atraso do Ministério da Educação na cedência de algum espaço da EB 2,3 para a conclusão daquela empreitada. Referiu ainda que a solução encontrada foi uma boa solução porque como o tráfego flui todo pelo lado dos Bombeiros, consegue-se diferenciar o acesso da EB 2,3, da Secundária e do 1º CEB; - Voltando ao assunto da Expofacic, discursos sobre a necessidade do aumento do preço dos bilhetes para 3,50 € para poder fazer-se face a algum imprevisto que pudesse acontecer e recordando que os mesmos poderiam ter sido adquiridos de forma antecipada pelo preço anteriormente praticado de 3,00 €, - Sobre a constituição da Comissão Organizadora, informou que a mesma é composta, já há alguns anos, por 16 elementos, sendo metade funcionários da Câmara e a outra metade funcionários da INOVA, bem como por ele próprio, Presidente da Câmara e pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso. Assim, considerando que aqueles funcionários fazem o trabalho de forma profissional, não considera necessário a inclusão de um elemento ligado aos partidos políticos pois existem locais próprios onde os mesmos podem dar os seus contributos e as suas sugestões; - Relativamente à participação das empresas do Concelho na Feira, afirmou que gostaria de já ter um espaço coberto onde se poderiam instalar as empresas. Quanto às empresas nacionais, afirmou novamente que têm as portas abertas e aceita sugestões para as conseguir sensibilizar a participarem na feira.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual, respondendo à questão colocada pelo Sr. João Paulo Vagos, sobre as despesas de Educação informou que, em 05 de março foi enviada a seguinte comunicação dirigida ao Sr. Diretor Geral da Autoridade Tributária Aduaneira: *“É sabido que desde o início do ano, os contribuintes podem acompanhar online, em*

*qualquer altura do ano, através do site e-fatura todas as deduções a que terão direito no próximo IRS, sendo que para isso, estes, terão de pedir no momento da sua emissão, a fatura com o seu número de identificação fiscal, cabendo ao Município de Cantanhede a comunicação eletrónica junto da Administração Fiscal dos elementos das faturas emitidas e, numa fase posterior, a Autoridade Tributária imputará estas despesas na área pessoal de cada contribuinte no e-fatura, dividindo-as pelas várias categorias aceites pelo fisco, nomeadamente: despesas gerais familiares, saúde, habitação, educação, lares entre outras. O processo parece, à partida simples, no entanto em termos práticos é necessária a intervenção e o acompanhamento periódico dos contribuintes na sua área pessoal do e-fatura. É no âmbito desse acompanhamento que os nossos serviços têm sido confrontados com pedidos de esclarecimentos dos nossos munícipes, pelo facto de ser do seu entendimento que as suas despesas estão a ser enquadradas em categorias erradas, exemplificando, no caso concreto numa fatura emitida pelo Município de Cantanhede referente a educação (anexam-se dois tipos de faturas uma referente a refeições escolares e outra respeitante ao prolongamento de horário), não lhes está a ser possível validá-la enquanto despesa de educação, com a justificação de que o código de enquadramento aquisição atividades emitente inválido (emitente não tem CAE na secção/classe indicada). Uma vez aqui chegados, parece-nos que esta e outras situações, pese embora aqui expostas sucintamente, estão a causar muitas dúvidas quer aos contribuintes quer aos municípios portugueses, havendo aspetos cujo funcionamento ainda não está completamente clarificado, pelo que solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup> se digne mandar emitir parecer vinculativo que contemple e esclareça todas as dúvidas aqui suscitadas, isto sempre a contento dos interessados, designadamente a Autoridade Tributária, os municípios portugueses e os contribuintes em geral.” Como*

não houve resposta, em 09 de julho foi remetido novo pedido de esclarecimentos, de idêntico teor e reiterado o pedido de emissão de parecer vinculativo a que alude o nosso ofício n.º 002217, de 5 de março último, para o qual, naquela data, ainda não existis qualquer resposta. Informou ainda que, até à data, continua a não haver qualquer resposta da AT, embora se tenha verificado na Comunicação Social que o problema é geral e que se têm debruçado sobre o mesmo. Assim, confirma que, no momento, a Câmara não tem possibilidade de emitir a fatura de acordo com o que os pais solicitam, exatamente pela questão do CAE, estando a aguardar os esclarecimentos solicitados junto da Autoridade Tributária.-----

----- Interveio o Sr. Filipe Figueiredo, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se com agrado à Adega Cooperativa de Cantanhede, perante as medalhas que aquela instituição tem recebido a nível mundial. De seguida, chamou a atenção da atitude digna da Direção da Adega, pelo facto de ter tido a Adega aberta, no domingo à tarde, no período das vindimas, para que os vitivicultores beneficiassem de mais algum tempo, esforçando-se para que o concelho e os vinhos que ali são transformados sejam realmente cada vez de melhor qualidade.-----

----- Falou o Sr. Dr. Luis Pato, referindo-se de novo à questão da Expofacic, afirmando que faz um acompanhamento jornalístico de tudo o que é relacionado com a Cultura, pelo que, relativamente aos preços praticados, existem muitas variáveis que podem interferir com os mesmos, não se podendo comparar preços praticados em auditórios e preços praticados em Feiras. Surpreendido pelo facto do Sr. Presidente da Câmara não concordar com o documento apresentado, recordou que já no ano anterior, falou várias vezes das variáveis que podem influenciar quer a questão dos preços, quer a questão da qualidade. Afirmou ainda considerar insultuoso que se diga que o Partido Socialista não defende o Concelho, pois acima de qualquer ideologia,

são de Cantanhede e por criticarem uma realidade, não quer dizer que a queiram destruir, mas sim participar, para defender e melhorar o certame. Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, considerou que o mesmo fez uma interpretação de forma conveniente e puramente política, mas que não há dúvida que, quer o PS, quer o PSD, continuam a defender a realização da Expofacic. Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, sugeriu que fosse colocado um espaço na Internet, onde qualquer pessoa lá poderia colocar sugestões que abrangessem todas as realidades amplas e convergentes que compõem a Expofacic enquanto certame. Finalmente, voltou a sugerir a inclusão de um elemento da vereação da oposição na Comissão Organizadora, o que demonstraria uma abertura total, com maior correspondência à participação que tanto se apregoa nas sessões da Assembleia Municipal.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Dr.ª Eduarda Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes, informou que, mais uma vez um conterrâneo de S. Caetano, João Carlos Cruz, Município de Cantanhede, a viver na freguesia de Febres, ganhou o Prémio Literário Bocage que decorreu em Setúbal, no âmbito das comemorações dos 250 anos do nascimento de Manuel Maria Barbosa du Bocage, com o trabalho “*Na luz das Janelas pestanejam as sombras*”, apresentado sobre o pseudónimo de *Deus de Lume*. Acrescentou que não é a primeira vez que João Carlos Cruz é premiado e que é sempre bom saber que há um conterrâneo de Cantanhede a levar o nome das terras da Gândara através da literatura além-fronteiras do Município, além-fronteiras da freguesia e através dos seus livros, além-fronteiras do país. Finalizou dando os parabéns a João Carlos Cruz por mais um prémio que arrecadou em terras de Bocage.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, retomando o assunto da Expofacic, deu vários exemplos de artistas e de preços praticados consoante os locais onde aqueles atuaram, concluindo que em Cantanhede, o preço continua a ser o mais baixo; - Relativamente à escolha dos artistas, voltou a referir que é subjetiva, pois cada pessoa tem o seu gosto pessoal, embora também concorde que às vezes é necessário haver variação para estimular o público. Acrescentou que há músicas que obrigam a um certo local ou ambiente, não se podendo correr o risco de as trazer para a Feira, onde se pretende uma grande afluência de espectadores; - Recordou que o público que vai à Feira, na sua maioria famílias, vai à parte gastronómica, depois visita as exposições e finalmente vai ver o cartaz de espetáculos, o que considera ser o sucesso da Expofacic; - Finalmente considerou que existem artistas e grupos com uma qualidade indiscutível, que atraem público específico, mas que efetivamente, não se coadunam com o espaço da Feira. Considerou finalmente que é necessário ter muito cuidado com a escolha, de forma a agradar à maioria das pessoas, porque o que se pretende é uma grande afluência de público diariamente.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou à votação a proposta de Voto de Louvor apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, e subscrita pelas duas bancadas, do seguinte teor: *“A pedido da Junta de Freguesia de Ançã, solicita-se a esta Assembleia que seja votado um voto de Louvor para o atleta Alexandre Coutinho e para a Sociedade Columbófila Cantanhedense pela sua participação nos jogos mundiais de natação júnior em Singapura 2015.”*-----

----- Efetuada a votação, foi aquela proposta aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento da Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Simões Barroso Soares, igualmente subscrita pelas duas bancadas, do seguinte teor: *“Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova um voto de pesar para lamentar a morte da Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Simões Barroso Soares pela ação desenvolvida na defesa intransigente dos valores democráticos, realçando o seu papel na sociedade portuguesa em diversas e variadas vertentes. É notória a sua na defesa dos valores e dos princípios democráticos, aliada a uma notável participação cívica, política e associativa na sociedade portuguesa. Democrata notável, declamadora ímpar e uma atriz excecional. Teve uma participação política assinalável, sendo de realçar o facto de ter sido candidata a deputada, no ano de 1969, pela Oposição Democrática e de ter sido eleita deputada à Assembleia da República, pelos círculos de Santarém, Porto e Faro, nas legislaturas iniciadas em 1976, 1979, 1980 e 1983. Na sua ação cívica, são de destacar, entre muitas outras, a sua participação nas seguintes associações: UNICEF – Portugal; Instituto de Emergência Infantil; Associação Para o Estudo e Prevenção da Violência – APEV; Organização Mundial de Saúde; AMI – Assistência Médica Internacional; PRO DIGNITATE – Fundação para os Direitos Humanos e Contra a Violência; Liga Portuguesa de Deficientes Motores; Cruz Vermelha Portuguesa; Academia Internacional da Cultura Portuguesa; Fundação Aristides de Sousa Mendes; Fundação D. Ximenes Belo; Fundação Portuguesa de Cardiologia.”*-----

----- Efetuada a votação, foi aquela proposta aprovada por unanimidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----



----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 2** ao **Ponto 21** são relacionado com isenção de taxas ou atribuições de subsídios às freguesias. Assim, informou que os mesmos seriam analisados em conjunto, sendo, seguidamente, votados individualmente.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que: - O ponto 2 refere-se à isenção de taxas, no valor de 110,12 €, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela emissão de Licença Especial de Ruido para a realização da Semana Cultural da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça; - O ponto 3 refere-se à isenção de taxas, no valor de 95,84 €, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruido para o Espaço Folk 2015; - O ponto 4 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.500,00 €, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, para a realização da XVII edição do Tapas e Papas/Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede; - O ponto 5 refere-se à isenção de taxas, no valor de 639,18 €, à Freguesia de Ourentã, pela cedência das instalações desportivas do Município, nomeadamente, Piscinas Municipais, Pavilhão Os Marialvas e relvado sintético do Complexo Desportiva de Cantanhede, para a realização das suas Férias Ativas; - O ponto 6 refere-se à isenção de taxas, no valor de 44,53 €, à Freguesia de Febres, pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruido para a realização das Marchas de São João; - O ponto 7 refere-se à isenção de taxas, no valor de 22,82, à Freguesia de Ourentã, pela emissão de Licença Especial de Ruido para a abertura da Época

Balnear no Parque das Sete Fontes; - O ponto 8 refere-se à isenção de taxas, no valor de 110,12 €, à Freguesia de Sanguinheira, pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído para a realização do IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira; - O ponto 9 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 750,00 €, à Freguesia de Sanguinheira, para a realização do IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira; - O ponto 10 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.000,00 €, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, para a realização da 3.<sup>a</sup> edição da Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira; - O ponto 11 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.000,00 €, à Freguesia de Ançã, para a realização da 18.<sup>a</sup> edição da Semana Cultural de Ançã; - O ponto 12 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 2.000,00 €, à Freguesia de São Caetano, para a construção do seu estaleiro; - O ponto 13 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.000,00 €, à Freguesia de São Caetano, para a realização da sua Semana Cultural; - O ponto 14 refere-se à isenção de taxas, no valor de 98,71 €, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído para a realização da V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras; - O ponto 15 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.500,00 €, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, para a realização da V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras; - O ponto 16 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 25.300,00 €, à União das Freguesias de Sepins e Bolho, no âmbito do Componente de Apoio à Família da Educação Pré-escolar, ano letivo 2015/2016; - O ponto 17 refere-se à atribuição de um subsídio, à União das Freguesias de Sepins e Bolho, no âmbito do transporte dos alunos das EB1's so

Concelho encerradas para as respetivas escolas de acolhimento, ano letivo 2015/2016; - O ponto 18 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 1.000,00 €, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para a realização da 2.ª UEFAC União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais; - O ponto 19 refere-se à retificação da deliberação de Câmara de 03/02/2015, aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de 19/02/2015, tendo a Junta de Freguesia de Febres definido destinar o subsídio de 20.000,00€ da seguinte forma: cemitérios da Freguesia: 2.500,00€, requalificação da sede da Junta de Freguesia: 5.000,00€, requalificação do edifício da Lagoa do Charco: 12.500,00€. Uma vez que a Junta de Freguesia entendeu alterar estas intervenções e aplicar uma parte da verba tem de vir à Assembleia também para ser retificada e portanto a retificação é da seguinte forma: cemitérios da Freguesia: 2.500,00€, requalificação do edifício da Lagoa do Charco: 17.500,00€; - O ponto 20 refere-se à isenção de taxas, no valor de 98,71 €, à Freguesia de Febres, pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído para a realização da II Semana Cultural e Mostra Gastronómica; - O ponto 21 refere-se à atribuição de um subsídio, no valor de 750,00 €, à Freguesia de Febres, para a realização da II Semana Cultural e Mostra Gastronómica.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural 2015»:**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de Funcionamento de Recinto**

**de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural 2015», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2015»:-----**

**----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2015», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / XVII edição do Tapas e Papas Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»:-----**

**----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, informando que, em relação a este ponto e a todos os pontos que implicam atribuição de subsídios, a questão é recorrente e tem a ver com o facto da ausência de critérios para atribuição de subsídios, definidos e aprovados na Assembleia. Voltou a referir que, a bancada do PS não está, absolutamente nada, contra a atribuição dos referidos subsídios, embora considere que deveria haver uma reflexão sobre atribuição dos mesmos, sob pena de ser uma chapa 5, independentemente do valor atribuído a uma Semana Cultural por demorar 10, 5 ou 2 dias. Acrescentou, que esta forma de atribuição de subsídio, não privilegia, não motiva, nem incentiva a qualidade das Semanas Culturais, podendo levar, mais tarde ou mais cedo, a que as Semanas Culturais comecem a esvaziar-se**

e a desaparecerem. Reforçou ainda que tem de haver um incentivo, uma motivação para que as organizações possam ser estimuladas a fazer mais e melhor, daí continuarem a achar que a questão dos critérios é importante. Assim, considerando que a Assembleia tem o direito de legitimar a questão da existência de um Regulamento que defina a atribuição e votação dos referidos subsídios, informou que o sentido de voto da bancada do PS, relativamente aos pontos que implicam a atribuição de subsídio às Semanas Culturais, será de abstenção. -----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Manuel Augusto dos Santos, recordando que, na última sessão realizada a 25 de Junho, no Ponto 10, “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça - Semana Cultural”, que foi aprovado por maioria, a Bancada do PS apresentou uma declaração de voto, da qual citou a seguinte frase: *“Como é apanágio, jamais a bancada do PS estará contra a realização de eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa, como já foi insinuado, de uma antropofágica em termos de interesses políticos muito pessoais, tanto pelo vereador como por outros elementos do executivo vigente.”* Tendo procurado a definição de antropofagia, verificou que significava *“canibalismo, barbárie, furacidade e selvajaria”*, chegou à conclusão de que a Bancada do PS, apelidou de uma forma muito subtil, antropófagos, selvagens e canibais, tanto ao Senhor Vereador como aos restantes elementos da Câmara. Recordou ainda que, duas ou três horas atrás afirmou, em nome da bancada do PSD, que estariam sempre disponíveis para concertar posições das duas bancadas naquilo que dissesse respeito e interesse comum do concelho de Cantanhede. Assim, afirmou que, a partir do momento em que a bancada do PS desceu àquele nível e utilizou linguagem que considera tanto pessoalmente, como em nome da bancada do PSD, perfeitamente imprópria, se voltarem a acontecer situações daquela natureza, terão

de repensar a capacidade de os incluir ou de levar a sério as suas propostas para o concelho de Cantanhede. De seguida, voltou a frisar que, todos sabem, quer os Presidentes de Junta, quer os Presidentes das Associações, que todos os processos são transparentes e que, os Vereadores da Câmara com delegações têm poder e têm de assumir responsabilidades da forma mais equitativa possível. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Ançã, Sr. João Perdigão, aconselhou-o a tomar algum distanciamento da bancada do PS e afirmou que a bancada do PSD, nunca tomará qualquer atitude que prejudique o povo de Ançã. Finalmente informou que a Bancada do PSD iria aprovar todas as propostas de atribuição de subsídios constantes da agenda de trabalho da sessão.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, em direito de resposta, informou que o termo utilizado era uma metáfora e não pretendia, de forma alguma, atingir ninguém, nem se referia a pessoas, referindo-se sim ao gesto, ao critério, à atitude, e pediu desculpa a quem se tenha sentido atingido. Acrescentou que a atitude da atribuição do critério é que, de facto, é um pouco arbitrária, pelo que continuam a pensar da mesma forma, estando totalmente disponíveis para colaborar no que quer que seja, embora a responsabilidade da elaboração do Regulamento é do Órgão Executivo. Assim, continuam a aguardar pela elaboração daquele Regulamento da competência da Câmara, e que passará depois pela Assembleia, onde será analisado, discutido e aprovado. Informou ainda que consultou a enorme quantidade de Regulamentos existentes no sítio da Câmara Municipal, tendo verificado que apesar de existirem numa grande quantidade, não existe qualquer Regulamentos para atribuição de subsídios para apoios culturais. Finalmente, voltou a referir que ninguém faltou ao respeito a ninguém e que o desafio feito ao Sr. Presidente da Junta de

Freguesia de Ançã foi extremamente deselegante e ofende a moral democrática da Assembleia.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Luis Pato, também em direito de resposta, afirmando que não se pode isolar as palavras do resto do significado de um texto, de facto não se pode fazer uma interpretação dum texto na sua globalidade e retirar apenas uma palavra dentro de um consenso linguístico com uma mensagem determinada. De seguida, referiu que uma metáfora é uma figura de linguagem onde se usa uma expressão ou uma palavra em que o sentido não é comum com o significado global.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / XVII edição do Tapas e Papas Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Cedência das instalações desportivas do Município de Cantanhede / Férias Ativas»**:------

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Cedência das instalações desportivas do Município de Cantanhede / Férias Ativas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João»**:------

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído / Abertura da Época Balnear no Parque das Sete Fontes»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído / Abertura da Época Balnear no Parque das Sete Fontes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / IX Fim de**



**Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / IX Fim de Semana Cultural e Gastronómico da Freguesia da Sanguinheira»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / 3.ª edição da Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / 3.ª edição da Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / 18.ª edição da Semana Cultural de Ançã»:**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / 18.ª edição da Semana Cultural de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 7 abstenções.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Construção de estaleiro»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Construção de estaleiro»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.--

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

**União das Freguesias de Portunhos e Outil / V Mostra Gastronómica Sopas & Pedras», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 5 abstenções.-----**

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Componente de Apoio à Família da Educação Pré-escolar, ano letivo 2015/2016»:-----**

----- Interveio o Sr. Manuel Augusto dos Santos, referindo-se não propriamente ao ponto em causa, mas sim à questão, em termos de IRS, bem como as despesas de alimentação em sede da educação, tendo prestado alguns esclarecimentos que considerou úteis para todos os presentes.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Componente de Apoio à Família da Educação Pré-escolar, ano letivo 2015/2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.--

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Transporte dos alunos das EB1's do Concelho encerradas para as respetivas escolas de acolhimento, ano letivo 2015/2016»:-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Transporte dos alunos das EB1's do Concelho encerradas para as respetivas escolas de acolhimento, ano letivo 2015/2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e**

**Corticeiro de Cima / 2.º UEFAC União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / 2.º UEFAC União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia de Febres aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015, sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia de Febres aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015, sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica»**, tendo o mesmo sido aprovado por

unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica»:**-----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PSD: *“A bancada do PSD votou favoravelmente nos 20 pontos anteriores a atribuição dos diversos subsídios e isenções de taxas a diversos eventos de teor cultural, recreativo ou artístico, porque a concessão dos mesmos pela Câmara Municipal de Cantanhede é norteada pelos mais elementares valores de rigor, equidade e legalidade. A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal procura fazer crer que a inexistência de um regulamento indica falta de transparência no processo, o que é manifestamente falso, sendo o processo extremamente claro pelos motivos abaixo enunciados: 1.A matriz de critérios é pública e encontra-se disponível para quem a quiser consultar no portal do Município de Cantanhede; 2. Os critérios incluem uma parte qualitativa e descritiva que abrange 4 áreas: música, artes cénicas, folclore e outras formas de criação artística; 3. Incluem também uma parte quantitativa que especifica as percentagens das verbas a atribuir a cada área / tipologia de atividade; 4. Os procedimentos adotados são sempre levados a reunião de câmara, sendo depois publicitados pelos meios habituais; 5. Anualmente é pedida a opinião e as sugestões dos interessados através de inquéritos remetidos às associações, que também os validam nas diversas reuniões tidas com a Câmara Municipal; 6. A atribuição destes apoios é ainda precedida da assinatura contratos-programa de desenvolvimento cultural; 7. Os subsídios a eventos pontuais, como indica o próprio nome, têm um carácter de pontualidade e resulta de uma avaliação*

*criterosa e rigorosa como os demais; 8. Abster-se ou votar desfavoravelmente a atribuição de subsídios a algumas e determinadas Juntas, isso sim, é criar desigualdades e injustiças; 9. E é também não reconhecer o papel empenhado das mesmas Juntas e a sua capacidade de promover e dinamizar eventos culturais adaptados a cada realidade local; 10. A Lei 75/2013, Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelece indubitavelmente que compete à Câmara “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município” não estabelecendo em ponto algum que tal atribuição deva ser objeto de qualquer regulamento; 11. Por fim, de uma pesquisa exaustiva e apurada dos regulamentos disponíveis noutros municípios, revela que o articulado dos mesmos é idêntico entre diversos municípios e baseia-se num conjunto de expressões vagas e subjetivas, passíveis de qualquer interpretação que se lhe queira dar. Citando e para que se perceba o quanto é transparente o processo em Cantanhede, por exemplo os subsídios em Braga e Lisboa, são feitos com base no seguinte teor que diz tudo, sem dizer nada: “qualidade, criatividade, interesse, continuidade, qualidade de execuções anteriores; investigação, capacidade de inovação, consistência do projeto de gestão dos projetos ou atividades; parcerias e intercâmbios com outras entidades; número potencial de beneficiários; estratégia de captação e inclusão de públicos; capacidade das intervenientes demonstradas, designadamente, através dos respetivos promotores. Isto é o que dizem os regulamentos que andam por aí e não dizem nada.”-*

----- Interveio de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que, na página da internet da Câmara Municipal não aparece qualquer regulamento mas sim um documento com o título “Critérios e Procedimentos para Atribuição de Subsídios às Associações Musicais, Culturais e Recreativas”, onde as Juntas de Freguesia não se

enquadram. Assim, a Bancada do PS, considera que, por uma questão de transparência, os mesmos deveriam ser aprovados, quer pela Câmara, quer pela Assembleia, tal como aconteceu, recentemente, por exemplo, com os Regulamento de Incentivo à Natalidade.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / II Semana Cultural e Mostra Gastronómica»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015»**:-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura solicitando ao Sr. Presidente da Mesa que lhe fosse permitido pronunciar-se, desde logo, também sobre o IMI, o IRS e a TMDP, uma vez que se tratam todos de impostos municipais. -----

----- Não se verificando qualquer inconveniente por parte de todos os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, autorizou.-----

----- Retomou então a palavra o Sr. Presidente da Câmara informando: - Relativamente ao IMI, que já no ano anterior foi dito na Assembleia Municipal, que durante este mandato, progressivamente e anualmente, se iria diminuir a taxa de incidência do IMI, o que foi aprovado. Assim, o que foi proposto volta de novo à Assembleia, correspondendo novamente uma redução dentro do que já foi definido e que é do conhecimento de todos. De seguida referiu que, como também é do conhecimento de todos, o Governo, propôs através de uma alteração ao Orçamento de Estado para 2015, a possibilidade dos municípios poderem decidir sobre a redução do IMI às famílias, consoante os agregados familiares têm um, dois ou três ou mais dependentes a seu cargo, podendo obter um desconto adicional de 10%, 15% ou 20%

sobre o valor do IMI. Assim, informou ainda que, após consultar a autoridade tributária, aquela comunicou que, em Cantanhede, a incidência daquele desconto levaria à não arrecadação de receita na ordem dos 100.000,00 €. Acrescentou que a proposta foi aprovada pela Câmara, sendo agora apresentada à Assembleia Municipal. Informou ainda que, com as duas medidas apresentadas, no próximo ano haverá uma não arrecadação de receita na ordem dos 200.000,00 €; - Relativamente à taxa municipal de direito de passagem, informou que, tal como nos anos anteriores se propõe a fixação da taxa 0 (zero), embora tenha havido alguma alteração à legislação. Sobre essa nova legislação foram solicitados esclarecimentos à ANACOM, entidade reguladora. Informou ainda que, uma vez que a resposta dada não foi convincente e receando que as entidades concessionárias daqueles serviços fizessem refletir aquela taxa na fatura dos munícipes, o Município preferiu manter aquela taxa municipal a 0% (zero); - Relativamente à Derrama, informou que se mantêm as propostas anteriores, isto é, para um valor tributável com lucros inferiores a 150.000,00 € a taxa seja uma taxa reduzida e para valores superiores, a taxa máxima; - Relativamente ao IRS, informou que se mantêm a proposta da taxa máxima, ou seja os 5%. Seguidamente, e a título elucidativo, informou que o IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis é e será nos próximos anos, a menos que haja modificação legislativa em relação à arrecadação de verbas por via dos impostos municipais, a grande fonte de receita dos Municípios, cabendo a cada Executivo propor aquilo que na preparação do orçamento puder alocar as verbas necessárias para os fazer cumprir calmamente e poder continuar a fazer investimentos no Concelho. Informou ainda que o IMI em 2014 representou uma arrecadação de receita de cerca de 5.155.000,00 €, a Derrama cerca de 663.000,00 € e o IRS 838.000,00 €, somando assim uma arrecadação de receita na ordem dos 6.656.000,00 €. Referiu ainda que se prevê, para o próximo ano, uma



baixa ou uma estabilização na receita proveniente do IMI, porque a grande maioria dos munícipes se apercebeu que se pedirem às Finanças uma reavaliação dos imóveis, a questão da idade do imóvel pesa na equação e o valor patrimonial do imóvel baixa. De seguida, referindo-se ao IRS, recordou uma declaração de voto apresentada, num anterior mandato, pelo então membro da Bancada do PS, Dr. Manuel Ruivo, o qual, após uma avaliação rigorosa sobre aquela questão, reconheceu que, na sua perspetiva estaria enganado. Passou assim a exemplificar o panorama das contribuições, no caso de solteiros, casados um ou dois titulares e casados com filhos, fazendo os cálculos respetivamente, com as taxas de 5%, 4% e 2,5%, esta última proposta da Bancada do PS. Concluiu que, sendo o IRS um imposto progressivo, a taxa de esforço varia consoante os ordenados, sendo de 0,00 € para os ordenados mais baixos. Verificou assim que, aplicando-se a taxa de 2,5%, o Município arrecadaria 420.000,00 €, metade do valor arrecadado à taxa de 5%, ou seja 838.000,00 €, muito importante para investir através de obras, através de jardins, passeios, etc... Sobre a proposta da Derrama, recordou que a proposta do Partido Socialista era colocar novamente a Derrama a 0% (zero), sendo certo que seriam menos 663.000,00 € de receita, o que somado com o IRS daria menos 1.083.000,00 €, verba da qual o Município não está em condições de prescindir para poder continuar a gerir e a ter um orçamento que permita continuar a fazer investimentos, usufruindo dos fundos comunitários e que possa alavancar os capitais próprios necessários para fazer fase aos investimentos que são precisos fazer.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS: *“Perante a proposta de aplicação da taxa de derrama às empresas sediadas no concelho com a taxa de 1,5% a todas as empresas com lucros tributáveis acima de 150.000,00€ e de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC aplicável às empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€, a bancada do PS manifesta a sua oposição, porque considera que: - A Câmara Municipal de Cantanhede deve potenciar o desenvolvimento económico e a captação de investimento gerador de riqueza e emprego para o concelho de Cantanhede, através da aplicação de políticas atrativas e de incentivos fiscais e financeiros. - Deve-se incentivar e estimular a atividade empresarial e promover o comércio e a agricultura no concelho e não continuar a penalizar as pequenas empresas com atividades de natureza comercial, industrial e agrícola sobrecarregando-as com mais impostos municipais. A bancada do PS, entende que devem ser dados estímulos ao desenvolvimento económico e empresarial isentando, ou seja aplicando uma taxa de Derrama de 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC aplicável às micro e pequenas empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€. Pelo exposto a bancada do PS vota contra a presente proposta.”*-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PSD: *“A bancada do PSD vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da taxa de Derrama no ano de 2016, pelos seguintes motivos: 1. É de enaltecer a taxa reduzida de 1% sobre o lucro tributável sujeito a IRC, para as empresas com um volume de negócios não superior a 150.000 € no ano anterior; 2. Como a taxa proposta para as demais empresas é de 1,5%, estas*

*empresas mais pequenas têm uma redução muito significativa (um terço) na taxa de derrama a aplicar sobre o lucro tributável, o que deve ser encarado como um incentivo empresarial às mesmas; 3. Sendo as receitas dos orçamentos municipais cada vez menores, a não cobrança da derrama, embora sendo desejável, implica uma diminuição da receita municipal em cerca de 660.000 €, verba incomportável no panorama atual, já que nenhuma das 14 Freguesias do Concelho estará certamente disponível para abdicar do apoio da Câmara na execução dos seus projetos e obras; 4. Posição que foi aliás vincada em reunião anterior entre as Juntas de Freguesia e a Câmara, onde todas as Juntas, independentemente do partido pelo qual foram eleitas, concordaram com as propostas de taxas apresentadas pela Câmara, por irem no sentido de garantir a exequibilidade das obras previstas e a cooperação com as Juntas para o mandato.”-----*

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2016»:-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS: *“Esta proposta da Câmara Municipal de Cantanhede vem de fato em sequência da orientação da Autoridade Tributária (AT) em sugerir que as Câmaras Municipais mediante deliberação das Assembleias Municipais podem fixar uma redução das taxas em vigor atendendo ao número de dependentes. De fato, desta forma somos concordantes com uma medida*

*de apoio à natalidade e fixação de residentes no concelho de Cantanhede. Salientamos que tenha que ser por ordem do governo que a Câmara Municipal de Cantanhede aplica o IMI familiar, quando esta bancada há vários anos que defende o valor mínimo deste imposto para todos os Municípios de Cantanhede. Não podemos deixar de constatar que o consistente e recorrente medo da diminuição de receita por parte desta Câmara Municipal desapareça, coincidentemente, em período eleitoral. Por seu lado o governo quer fazer o contraponto de quatro anos de empobrecimento dos portugueses com os dinheiros dos municípios numa caça ao voto desenfreada. A pergunta que fica no ar é:” se esta proposta da AT fosse hipoteticamente apresentada anteriormente, por exemplo há um ano atrás, qual seria a decisão da Câmara Municipal?” Votamos favoravelmente a esta redução do IMI para alguns municípios porque esta decisão vem confirmar que tal como defendemos na discussão do orçamento nesta Assembleia, o IMI para 2015 configura um aumento de receita efetiva em 36,5% e, como tal, constrangimento das finanças municipais. Esta posição vem dar razão à bancada do PS quando afirmámos que, fruto das reavaliações das habitações, o IMI iria subir brutalmente para muitas famílias e que por isso a Câmara Municipal de Cantanhede tinha margem para descer o IMI para o valor mínimo. Apesar disso não o fez. Continuamos, por isso, convictos da validade da proposta que temos defendido e que consiste na fixação da taxa de IMI em 0,3%.”-----*

*----- De seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PSD: “A bancada do Partido Social Democrata vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2016, pelos seguintes motivos: 1 – Em relação ao valor praticado no ano anterior e de acordo com a baixa gradual programada e*

*anunciada pelo executivo no ano anterior, a proposta de fixação da taxa em 0,383% contempla uma redução efetiva da taxa para todos os proprietários de prédios urbanos; 2 – Além da referida redução, a taxa proposta é significativamente inferior ao máximo legal, já que o código do IMI estabelece que a taxa a fixar pelos Municípios sobre o IMI dos prédios urbanos pode variar entre 0,3 e 0,5%; 3 – A adesão do Município de Cantanhede à redução do IMI, para agregados familiares com dependentes, conforme previsto na Lei n.º 82-B/2014, é uma importante medida, contribuindo para a dinâmica económica e social e para a fixação de novas famílias; 4 – Acresce que essa redução da taxa foi deliberada pelo executivo nos seus valores máximos, ou seja, 10%, 15% e 20% para os agregados familiares com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo; 5 – Estas reduções vão abranger um número muito significativo de agregados (mais de 2800) e devem ainda ser enquadradas no conjunto vasto de medidas de caráter social tomadas pelo executivo da Câmara, das quais destacamos o Programa de Apoio à Natalidade, o Incentivo à Reabilitação Urbana e o Programa de Apoio à Empregabilidade; 6 – Com as propostas acima referidas, a Câmara deixa de auferir uma receita superior a 200.000,00€, verba sempre necessária para a realização de obras, nomeadamente nas diversas freguesias do concelho; 7 – A redução proposta para agregados com dependentes é absolutamente transparente, referindo-se apenas aos prédios urbanos destinados à habitação própria e permanente, baseando-se em dados fornecidos pela Autoridade Tributária, quer quanto a esses prédios, quer quanto aos dados dos agregados.”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual fez a seguinte intervenção, como Membro da Assembleia Municipal: “Quero dizer que sou a favor de todas as taxas que a Câmara

*propôs. Claro que tinha de intervir porque acho que há coisas que não são reais nesta Assembleia. A bancada afeta ao PS é sempre contra qualquer verba que seja para adquirir para a Câmara. São sempre a favor da redução de todas as taxas e exigem qualidade de vida no concelho de Cantanhede. Agora das duas uma, ou a Câmara reduz as taxas todas, passa tudo a zero, ninguém paga nada, é fantástico e andamos com as estradas todas cheias de buracos, as freguesias ficam estagnadas, não têm apoio camarário mas assim estamos todos felizes. Este é o caminho? Eu julgo que não. Excelente seria que ninguém pagasse nada e a Câmara tivesse capacidade financeira para fazer tudo o que faz. Como diria o meu Avô será impossível “sol na eira e chuva no nabal”. De outra forma não se consegue, é preciso que haja entendimento. Eu não consigo ver onde é que há um entendimento da bancada do PS que está constantemente ao longo dos anos a dizer a mesma coisa, quer a redução das taxas, quer investimentos no concelho de Cantanhede e quer qualidade de vida. Toda a gente quer o mesmo mas não se consegue, esta é que é a realidade.”-*

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2016»:-----**

**-----** Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual reforçou a ideia explanada pelo Sr. Presidente da Câmara, de que se não houver arrecadação de receitas, também não haverá verbas para redistribuir de acordo com os critérios e com o programa pelo qual a Câmara Municipal foi eleita. De seguida criticou as propostas constantes das Declarações de Voto apresentadas pela Bancada do PS, a quais demonstram falta de coerência e realçou todas as implicações que poderiam ter na cobrança da receita para o Município.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que têm vindo, de facto, a ser coerentes ao longo dos anos na lógica que têm defendido acerca do IMI. De seguida afirmou ter gostado de ver a declaração de voto do PSD, porque os argumentos ali apresentados são argumentos há muito defendidos pela bancada do PS para defender a redução da taxa do IMI. De seguida recordou que a bancada do PS votou a favor o ponto 23 relativo à aprovação das taxas e que apresentaram uma declaração de voto, na qual é bem patente que o objetivo seria de baixar até aos 3% a taxa mínima.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- Após a votação foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual apresentou a seguinte Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS: *“Em face da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Cantanhede em reter a taxa de 5% do IRS dos contribuintes residentes no concelho, a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede manifesta a sua discordância e propõe à Câmara Municipal de Cantanhede que abdique 2,5% em favor dos contribuintes, de forma a: - Contribuir para o aumento do poder de compra de todos os concidadãos do concelho; - Criar incentivos para atrair jovens e quadros técnicos qualificados; - Procurar inverter o progressivo envelhecimento da população do concelho mantendo a população e atrair novos residentes; - Tornar-se mais atrativo e competitivo a nível fiscal.”*-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2016»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual discursou não propriamente sobre o presente assunto mas sobre as todas as propostas, relativas aos impostos municipais, apresentadas pela Câmara. Assim, afirmou que continua a defender que os impostos municipais são uma ferramenta muito útil para todos os Municípios portugueses e que conhece muitos autarcas de outros partidos políticos que aplicam as taxas máximas e têm a mesma posição, uma vez que os impostos servem para serem novamente redistribuídos em investimentos futuros. De seguida, deu alguns exemplos dos investimentos feitos pelo Município, nomeadamente através da INOVA com a renovação das condutas de água, projetos que ultrapassaram largamente os 10.000.000,00 € e que já não são elegíveis no próximo quadro comunitário de apoio. Voltou a referir que, para ele, os impostos devem ser taxados ao máximo devendo refletir-se no aumento da qualidade de vida das pessoas. Fazendo a comparação com Municípios do interior, deu ainda como exemplo a atratividade das zonas industriais de Cantanhede para as empresas que se lá querem sedear e que necessitam de ter as infraestruras necessárias para o efeito para além dos preços de venda relativamente baixos comparados com os praticados nos concelhos vizinhos. Fez ainda o paralelismo entre os impostos municipais e os impostos do Estado afirmando que estes últimos servem para assegurar a qualidade de vida de todos, dando o exemplo de ser assegurado o Serviço Nacional de Saúde e a assistência à terceira idade.-----

----- Contrapôs o Sr. Dr. Luis Pato referindo que não é correto comparar Cantanhede



com Municípios do interior porque demograficamente, entre o interior e o litoral há diferenças abismais, assim como comparar o preço por metro quadrado das Zonas Industriais de Cantanhede ou da Mealhada. De seguida afirmou que lhe parece falta de coerência por exemplo propor um incentivo à Natalidade e recusar reconhecer que as propostas da bancada do PS são sustentáveis e poderiam facilitar e diminuir o espartilho económico da população de Cantanhede.-----

----- Interveio finalmente o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, esclarecendo que quando comparou o Município com o interior foi apenas para dizer que, apesar de haver um custo na aquisição de um terreno e apesar das empresas saberem que há uma derrama posteriormente, não deixam de vir para o Concelho de Cantanhede. Acrescentou que tudo é feito para sediar aquelas empresas no Concelho, fazendo com que a Derrama deixe de ser um fator limitativo para as empresas ponderarem a sua vinda para Cantanhede, pois valorizam outros fatores, nomeadamente, a localização e a forma como o Município procura criar todas as condições necessárias para aquela instalação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença”**»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que a concessão anterior do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, foi feita por um período de 6 anos e à época o preço base de concurso foi de 416,00 € + IVA/mês, tendo sido adjudicada por 498,00€ + IVA/mês. Informou ainda que, a proposta atual mantém o período de 6 anos e tem como preço base 300,00 € + IVA/mês, tendo esclarecido que se baixou o preço conforme prevê o caderno de encargos, devido a vários fatores, tais como a limpeza, manutenção e realização de pequenas obras que passaram a ser da responsabilidade do concessionário. De seguida e para fazer algum paralelismo, informou quanto ao ponto seguinte, “Concessão da Exploração do Bar Concerto da Praia da Tocha”, que a concessão vai terminar a 31 de Dezembro, tendo durado sete anos e meio, com o preço base de concurso de 300,00€ + IVA/mês e adjudicado por 570,00€ +IVA/mês. Acrescentou que a proposta atual será da concessão se realizar por 6 anos, com um preço base de concurso de 300,00€ + IVA/mês. Mencionou ainda que, o concessionário sugeriu uma alteração nas datas de início e fim da concessão, concretamente de 15/01/2016 a 14/01/2022, uma vez que é um espaço que todos os anos tem festejos de fim de ano, não sendo muito correto que à meia-noite de 1 de Janeiro tenha de entregar as chaves quando a festa está a decorrer.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual sugeriu que, uma vez que se vai fazer a alteração do período da data da adjudicação relativamente ao Bar da Praia da Tocha, também se deveria fazer o mesmo para o Bar da Praia dos Olhos da Fervença, porque o futuro concessionário poderá também ter a intenção de fazer uma passagem de ano, pois é um sítio ideal para isso. De seguida referiu considerar que, relativamente ao preço, a facilidade de pagar 300,00 € nos Olhos da Fervença não é

o mesmo que pagar 300,00 € na Praia da Tocha, porque os Olhos da Fervença tem muito mais atividades no Verão, comparativamente com a Praia da Tocha, onde há residentes e uma grande afluência de pessoas ao longo do ano. Referiu ainda que, principalmente os Olhos da Fervença, as instalações do Bar e do Restaurante têm sofrido, nos últimos tempos, alguma deteriorização, nomeadamente, nas instalações sanitárias que se encontravam, por vezes, fechadas.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, informando que é objetivo da Câmara, em ligação com a Junta de Freguesia de Cadima repensar o espaço dos Olhos da Fervença, estando já a diligenciar nesse sentido, nomeadamente, quanto à questão dos sanitários e eventualmente em relação à área e a outro tipo de ofertas. Relativamente à questão dos sanitários junto ao restaurante, informou ainda que por se considerar que a sua localização não é a mais correta, o Caderno de Encargos tem a seguinte nota: *“importa salientar que o Município pretende proceder no início de 2016 a uma intervenção no espaço objeto da concessão, nomeadamente, com a reabilitação dos sanitários e com a interligação dos mesmos com o edifício do Café Snack Bar.* Relativamente à questão da renda, considera-se que o espaço dos Olhos da Fervença tem mais potencialidades em termos de receita se for bem aproveitado, porque é maior, tem Bar e tem Restaurante.-

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da junta de Freguesia de Murteide, Dr. Carlos Fernandes, o qual apresentou a seguinte proposta: *“A bancada do PSD propõe ao executivo a alteração do ponto 1.1 do caderno de encargos para a Concessão do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, para vigorar de 15 de Janeiro de 2016 até 14 de Janeiro de 2022, permitindo ao concessionário a realização de festejos evocativos da passagem de ano, recomendação / proposta que estendemos a futuras concessões.”* Relativamente ao valor do preço base da

concessão, informou concordar que dependendo dos locais poderá haver situações em que seja mais fácil pagar a concessão do que noutros e acrescentou que nos locais onde há o ónus dos nadadores salvadores, esse facto deveria ser tido em consideração.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que a Bancada do PS subscreve a proposta anteriormente apresentada.-----

----- Interveio, finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual concluiu que a referida proposta representava assim uma proposta de todos os elementos da Assembleia Municipal, pelo que a recomendação deverá ser feita ao Executivo da Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença”»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida colocou a votação alteração do ponto 1.1 do respetivo caderno de encargos, relativamente ao período de concessão do Bar e Restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, passando a concessão a vigorar de 15 de Janeiro de 2016 até 14 de Janeiro de 2022, tendo a mesma sido aprovada, também por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar Concerto da Praia da Tocha”»**:-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento**

**através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar Concerto da Praia da Tocha”**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, destinado à instalação de uma Plataforma Tecnológica de Biotecnologia Industrial»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, como todos sabem, a Câmara Municipal detém 99,93% do património associativo do Biocant e que, aquela entidade está a concluir uma candidatura submetida a fundos comunitários tendo em vista o apetrechamento e a construção de mais um edifício designado por BIOCANT III. Acrescentou que a construção daquele edifício já está em fase final, praticamente concluído e ainda o mais importante é que está também praticamente todo ocupado, faltando ocupar 150 m<sup>2</sup> de um total de 2000 m<sup>2</sup>, reservados estrategicamente para alguma resposta de última hora. Referiu ainda que dentro das plataformas que vão ser instaladas uma delas é a unidade piloto de Biotecnologia Industrial, que permite às empresas do parque, mas também às de fora, poderem contratar aqueles serviços, podendo passar da escala laboratorial para a escala industrial passando por aquela fase semi-industrial. Referiu ainda que aquela unidade de Biotecnologia Industrial, ao contratualizar aquele serviço, vai aumentar os capitais próprios necessários à candidatura, os quais representam cerca de 2.006.000,00 €, sem contar com o investimento feito apenas para a ocupação dos espaços pelas empresas. Informou, de seguida, que haverá pela primeira vez uma empresa Brasileira a constituir sede social no Biocant Park, tratando-se de uma holding que diversificou a sua área de atuação na componente farmacêutica e que irá investir e criar emprego. Recordou que

hoje, no Biocant Park existem mais de 300 pessoas a trabalhar diariamente, o que representa a fixação de quadros qualificados no Concelho, na fixação da sede de várias empresas e, também no desenvolvimento da economia local, regional e até nacional. Finalmente, falou sobre a evolução do Parque Tecnológico, concluindo estar convicto que no futuro os resultados irão ser positivos, pois está no bom caminho, facto que reconhece poder agradecer às Assembleias Municipais passadas e à presente, pois souberam reconhecer o mérito e o alcance do projeto.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, informando que a Bancada do PS irá votar a favor. De seguida afirmou que a EXPOFACIC e a BIOCANT são dois grandes motivos de regozijo para qualquer Cantanhedense e destacou a importância de se procurar diminuir o distanciamento entre o ensino superior e a vida prática, proporcionando aos estudantes e aos investigadores ambientes profissionais. Considerou ainda importante a questão da internacionalização.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, na perspetiva de cooperação com outras regiões, o Biocant celebrou, aquando da inauguração do Centro de Biotecnologia no Fundão, um protocolo de cooperação com o Município do Fundão, a Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Informou ainda que aquele Centro, designado de Biocant Verde, o qual foi objeto de uma candidatura a fundos comunitários e replicou o modelo do Biocant. Acrescentou que se pretende acima de tudo a partilha das plataformas tecnológicas, através de uma cooperação sem conflitos e que a questão da propriedade intelectual e de algumas patentes poderão vir, no futuro, a dar algum rendimento. Informou, de seguida que também existem negociações com o Município de Peniche e o Instituto Politécnico de Leiria tendo em vista uma parceria vocacionada para o mar e eventualmente para as pescas.-----

----- Foi também dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual felicitou a Câmara Municipal de Cantanhede pelo trabalho, pelo empenho e pela atenção que tem dado ao BIOCANT, tendo ainda manifestado a sua intenção de votar a favor, pela importância do assunto e por aquilo que valoriza. Acrescentou que não é por ser do PS que vai votar a favor, pois é evidente que se revê nas ideias do PS ou nas ideias de qualquer outro partido desde que as mesmas sejam boas e de interesse comum, quer sejam para o concelho ou para a freguesia de Ançã.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, destinado à instalação de uma Plataforma Tecnológica de Biotecnologia Industrial»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 - «Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento»**:-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o auditor externo do Município apresentou à Câmara, a sua informação relativamente à situação económica e financeira do Município reportada a 30 de Junho 2015. Assim, informou ainda que, de uma forma geral, aqueles declararam que, “os trabalhos efetuados no âmbito descrito nos parágrafos 5 e 8 não detetaram situações anómalas que mereçam ser repostadas”. De seguida faz uma breve abordagem ao referido relatório, recordando que sendo semestral tem as suas limitações, informando,

nomeadamente que: - O total da despesa paga a 30 de Junho de 2015 era de 10.621.459,00 € e o total de receita cobrada bruta de 12.696.572,00 €; - Os mapas de execução orçamental correspondem às importâncias aprovadas e aos registos da contabilidade orçamental; - O Município permite aferir o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental no orçamento de 2015,- Apesar de se estar numa fase de adaptação, perante a alteração da Lei, nomeadamente, na importância que cada vez tem mais a articulação das contas da Câmara com as participadas, nomeadamente, toda a situação económico-financeira do BIOCANT e da INOVA, a análise tem que ser feita, não só no final do ano, quando as contas são consolidadas, mas também neste momento conforme o entende o auditor externo. Assim, informou ainda que, por força da Lei, serão feitas análises trimestrais e reuniões frequentes com os referidos auditores e com as administrações das entidades participadas.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 30 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento»:-----**

----- Foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Helena Teodósio, informou que, decorrente da autorização dada pela Assembleia Municipal em sessão de 17/12/2014, foram assumidos, no período de 1 de Abril a 14 de Setembro de 2015, os seguintes compromissos plurianuais: - Fornecimento continuado de inertes de calcário; - Prestação de serviços de comunicações móveis e de acesso à internet fixa e móvel; - Ajuste direto do tipo de celebração de contratos ao abrigo de acordos-quadro para o fornecimento de gás natural; - Ajuste direto para a prestação de serviços de transporte coletivo de crianças para as escolas de acolhimento - Centro Escolar de Cadima, de Cantanhede e EB,1 da Tocha; - Concurso público para a requalificação



da Rede Viária do Concelho por empreitada – “Arruamento de acesso ao Centro Escolar de Cantanhede”; - Concurso público para a Requalificação da Rede Viária do Concelho por empreitada; - Aplicação de tapete na Estrada EM-584 - Troço da Rotunda de Outil à Rotunda do início da Variante de Portunhos; - Atribuição de subsídio à ACAP – Associação Cívica dos Amigos da Pocariça para participar nas despesas com as obras realizadas na antiga Escola Primária da Pocariça; - Atribuição de subsídio ao Novo Rumo – Teatro de Amadores para protocolo de parceria de cedência das Instalações do GTL de Ançã; - Atribuição de subsídio à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Ançã para participar nas despesas com as obras realizadas na Igreja Paroquial; - Contratos de emprego-inserção relativamente a várias áreas com algumas pessoas que estão neste momento a desenvolver este tipo de serviços na área da limpeza, motorista de pesados e outros; - Programa de fornecimento de refeições aos alunos do 1º CEB e da Educação Pré-Escolar com várias entidades, Centro Social de Murtede, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social e Polivalente de Ourentã, Centro Social Paroquial de Cadima, Centro Social e Caritativa da Freguesia do Bolho, Centro Social e Polivalente de Ourentã noutra vertente, Póvoa da Lomba – Associação Social e Cultural e Ecológica, Freguesia de Sepins e Bolho, PRODECO, Comissão de Melhoramentos de Vilamar, S. Caetano, Corticeiro de Cima, IPSS’s, Sanguinheira, Associação Desenvolvimento Progresso e Vida da Tocha; - Programa de requalificação da rede do 1º CEB, transporte de alunos para as escolas de acolhimento, com diversas IPSS. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP’s para 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Helena Teodósio, a qual informou que aquela 3.<sup>a</sup> Revisão tem essencialmente a ver com a criação de duas rubricas, uma delas “reembolsos e restituição de transferência de capital” por necessidade de fazer correções relativas ao Quadro Comunitário e uma outra de cautela “Aquisição de terrenos no loteamento da Quinta de S. Bento em Ançã”. Informou, relativamente a esta última, que o assunto se encontra ainda em fase de negociação e está relacionado com todos os terrenos onde está o Parque Desportivo por um lado e todo o loteamento por outro. Recordou que, à época foi feito um contrato com uma empresa no sentido da Câmara desenvolver toda a parte de redes no loteamento em troca pelo terreno do Parque. Acontece que hoje, analisando a dificuldade de construção naquele local, de que todos já ouviram falar e tudo o que pode carregar em termos financeiros, estão encetadas negociações com a empresa tendo em vista alguns acertos, necessitando-se assim da rúbrica criada para se poder realizar tal negócio.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento e GOP´s para 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou a seguinte declaração de voto, subscrita pelos Membros da Bancada do PSD: *“A bancada do PSD vota favoravelmente a 3.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015 por não alterar significativamente as grandes linhas do Orçamento original aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 17/12/2014, já então aprovadas por esta bancada e em consonância com o programa para o mandato sufragado maioritariamente pelos munícipes e também em consonância com as obras e apoios acordados com as Juntas, associações e*

*demais entidades do concelho independentemente da Freguesia ou da Associação a que digam respeito.*-----

----- De seguida tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, a qual, dirigindo-se a todos os Presidente de Junta prestou alguns esclarecimentos relativos aos procedimentos a ter nas próximas eleições legislativas que terão lugar em outubro.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18h00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: